

PUBLIC HOUSING POLICY: A PATTERN IN DIVERSE CONTEXTS**Política Pública Habitacional: um padrão em diversos contextos****Política pública de vivienda: Un padrón en diversos contextos**

Carlos Alberto Francisco de Sousa¹
Janayna Aparecida Cardoso Melo²

Resumo

Este artigo faz um breve levantamento sobre o panorama da política pública de habitação no Brasil entre 2000 e 2013 e compara a realidade de execução do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Anápolis, Goiás com a realidade de outras localidades apontadas por outros estudos. A metodologia de pesquisa para composição deste artigo foi predominantemente bibliográfica. Por fim buscamos estabelecer um estudo comparativo entre a realidade de execução do PMCMV nesta cidade com a realidade de outras localidades e confirmamos a hipótese de que o padrão estético, estrutural e segregador continua replicado.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida, políticas habitacionais, segregação

Abstract

This article addresses the panorama of the public housing policy in Brazil between 2000 and 2013 and compares the reality of the My House my Life Program (PMCMV) implementation in Anápolis, Goiás, with the reality of other localities pointed out by other studies. The research methodology for this article was predominantly bibliographical. Finally, we seek to establish a comparative study between the reality of PMCMV implementation in this city and the reality of other localities and confirm the hypothesis that the aesthetic, structural and segregator pattern remain replicated.

Key-words: My House My Life Program, housing policies, segregation

Resumen

Este artículo pretende hacer un breve levantamiento sobre el panorama de la política pública de vivienda en Brasil entre el año 2000 y el año 2013 y comparar la realidad de ejecución del Programa Mi Casa Mi Vida PMCMV en Anápolis, Goiás con la realidad de otras localidades apuntadas por otros estudios. La metodología de investigación para la composición de este artículo fue predominantemente bibliográfica. Finalmente buscamos establecer un estudio comparativo entre la realidad de ejecución del PMCMV en esta ciudad

¹ Discente do programa de Graduação em Ciências Sociais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, Brasil. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás - UEG, Brasil. E-mail: Carlos_alberto_09@hotmail.com

² Discente do programa de Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades pela Universidade Estadual de Goiás - UFG, Brasil. Discente do programa de Graduação em Ciências Sociais pela mesma universidade. Graduação em Serviço Social pela Universidade Anhanguera - UNIDERP, Brasil. E-mail: jlmelloj7@hotmail.com

con la realidad de otras localidades y confirmamos la hipótesis de que el padrón estético, estructural y segregador continúan replicados.

Palabras clave: Programa Mi Casa Mi Vida, políticas de vivienda, segregación

A partir da década de 1980 os debates sobre as cidades, a questão urbana e moradias dignas se intensificaram para que se estabelecesse uma política pública habitacional em que as demandas pudessem ser mitigadas. Nesse contexto o trabalho social exercido nesta área pelos Assistentes Sociais foi ganhando contornos e especificidades para além do caráter administrativo.

No entanto, com o modelo terceirizador “promoção de mecanismos de mercado” processado pelo governo brasileiro visando à construção quantitativa de unidades habitacionais, estes trabalhadores experimentaram mais uma onda conservadora em que foram requisitados a arrefecer as lutas sociais autônomas e a produzir consensos para que o capital pudesse penetrar no espaço urbano com poucas resistências.

Objetivamos com este artigo responder as seguintes questões: quais foram os elementos que contribuíram para que a política habitacional brasileira a partir da década de 2000, oscilasse entre a iniciativa de uma construção democrática diante da questão urbana e o fomento de grandes capitais de engenharia? Como a cidade de Anápolis, Goiás, construiu respostas ao déficit habitacional por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)? E qual o panorama abordado pelos autores referenciados sobre a performatização, periferização e segregação sofridas pelos sujeitos?

A metodologia de pesquisa para compor este artigo sobre o PMCMV em Anápolis e para referenciar o estudo de caso foi predominantemente bibliográfica. Tais pesquisas se deram em sites referenciados como o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Ministério das Cidades, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e demais devidamente aludidos.

Houve a revisão da literatura sobre as políticas habitacionais brasileiras, poder de influência e participação dos atores sociais. Também foram analisados documentos oficiais como leis, decretos, portarias.

Por fim buscamos estabelecer um estudo comparativo entre a realidade de execução do PMCMV nesta cidade com a de outras localidades e confirmamos a hipótese de que o padrão estético, estrutural e segregador continua replicado.

Instabilidades da Política Habitacional Brasileira

A política habitacional brasileira entre 1946 (com a criação da Fundação da Casa Popular) e 2003 foi caracterizada por sua descontinuidade. Em 2003, quando o Ministério das Cidades foi criado houve uma ampliação dos investimentos na área habitacional, pois este passou a ser responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e pelas Políticas Setoriais de Habitação³ (PSH). Outro avanço foi a instituição do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), pois teve como objetivo apontar o rumo para a promoção e redução das necessidades habitacionais locais e o contínuo monitoramento da realidade local. Assim, o PLHIS é um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores para o planejamento e gestão em âmbito local (junto a outros instrumentos, por exemplo: Plano Diretor, Plano Plurianual...). O caderno MCidades apresenta o seguinte:

A Política de Habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à

³ Em 2003 o Ministério era composto por cinco secretarias setoriais: Secretaria Nacional de Habitação, Saneamento Ambiental, Transporte e Mobilidade, Programas Urbanos e Executiva. Em 2016 há quatro: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, Secretaria Nacional de Habitação, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana.

infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade (Brasil, 2004, p. 12)

Depois das conferências nas três esferas de governo, surgiu o Conselho das Cidades (ConCidades) em 2004 que aprovou as diretrizes para a nova PNDU e que também serviu para elaborar a Política Nacional de Habitação (PNH) também em 2004. Segundo o MCidades:

Nela são expostos os princípios, os objetivos gerais e as diretrizes que a orientam, bem como a descrição de seus componentes e instrumentos, além de estratégias para viabilizar a meta principal da política que é promover as condições de acesso à moradia digna, urbanizada e integrada à cidade, a todos os segmentos da população, e em especial, para a população de baixa renda (Brasil, 2004, p. 13)

No trecho citado acima há a preocupação com a inserção de um modelo participativo e democrático que busca a adesão dos cidadãos nas discussões de “como fazer a cidade” e sobre a conexão desta política pública com as demais.

Em seguida, com a aprovação da Lei nº 11.124/05 que ordenou o Sistema Nacional de Habitação (SNHIS), criou-se o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e instituiu-se o Conselho Gestor do FNHIS buscando a integralização das ações de forma articulada nos três níveis governamentais de maneira descentralizada com ações planejadas e com fontes de financiamento que otimizassem os investimentos da área habitacional de interesse social. No art. 12 há a disposição de que tanto os Municípios e Distrito Federal quanto os Estados que aderissem ao SNHIS estavam condicionados a apresentar estes instrumentos sob pena de não acessarem os recursos do FNHIS. Segundo Fagnani:

Entre 2007 e 2010, houve maior articulação entre a política econômica e a política habitacional. Destaca-se a decisão da área econômica de ampliar a capacidade de endividamento de Estados e municípios para a contratação de operações de crédito voltadas à habitação popular. Da mesma forma, foram adotadas medidas de desoneração tributária, que estimularam o setor da construção civil. Essas medidas foram fundamentais para viabilizar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC Habitação, lançado em 2007, veio reforçar os instrumentos de política habitacional (Fagnani, 2015 citado por Rocha, 2014, s.p.).

No entanto, diante da conjuntura de crise econômica internacional, o Governo Federal brasileiro passou a adotar várias medidas para tentar suavizar os efeitos negativos que poderiam provocar (e provocaram) no país. Logo, o Governo Federal instituiu a Medida Provisória n° 459, em 25 de março de 2009. Convertida na Lei n° 11.977, de 07 de julho de 2009, dispôs sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com o escopo de criar mecanismos de estímulo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais para grupos familiares com renda mensal de até 10 (dez) salários-mínimos. Segundo Loureiro, Macário e Guerra (2015):

O PMCMV faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, pelo segundo governo Lula com o objetivo de superar a situação de baixo crescimento econômico do país, por meio do aumento de investimentos públicos em diversas áreas de infraestrutura. O PAC nasceu como desdobramento do Plano Piloto de Investimentos (PPI), proposta negociada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda no primeiro governo Lula, para que os gastos em investimentos em infraestrutura fossem debitados do cálculo do

superávit primário. Reforçado com a emergência da crise financeira internacional de 2008, o PAC tornou-se programa prioritário do segundo governo Lula e do primeiro governo Dilma orientando-se, como o próprio nome indica, pela urgência e rapidez em apresentar taxas mais elevadas de crescimento (Loureiro, Macário, & Guerra, 2015, p. 1534).

Segundo as informações disponibilizadas no portal federal, o processo de construção do programa aconteceu com a parceria de diversos setores da sociedade civil, de empresas da construção civil e movimentos populares que lutavam pela garantia à moradia. O que não o descaracteriza como um modelo descendente (de cima para baixo). Atualmente o PMCMV é dividido em dois eixos: o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Entretanto, a maior parte dos recursos é destinada para o primeiro, uma vez que está contabilizada nas regiões urbanas a concentração do déficit habitacional brasileiro.

No artigo *O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação*, Rolnik, Pereira, Moreira, Royer, Iacovini, Nisida, Lopes e Rossi (2015) afirmam que:

O modelo adotado inspirou-se em políticas habitacionais que já vinham sendo implementadas em outros países da América Latina, como México e Chile, desde os anos 1980. Em linhas gerais, essas experiências promoveram um modelo de inclusão pelo consumo, em que a moradia para a população de baixa renda deve ser ao mesmo tempo uma mercadoria a ser acessada por meio de relações de mercado e uma oportunidade de negócio para empresas privadas (Rolnik, Pereira, Moreira, Royer, Iacovini, Nisida, Lopes, & Rossi, 2015, p. 131)

Esses autores explicam que, além dos fatores macroeconômicos, da necessidade de garantir que os investimentos realizados pelas empresas -com o apoio do governo- continuassem suas projeções de crescimento e da resolução da questão relacionada aos déficits habitacionais históricos, outro fator a ser exposto e que provocou o impulsionamento desse setor foi:

A convergência de interesses de construtoras, governos locais e o Governo Federal em fazer o programa "rodar" suplantou preocupações com aspectos como a qualidade urbanística do entorno dos empreendimentos e a articulação da oferta habitacional com uma política fundiária abrangente, uma vez que considerações desse tipo afetariam a velocidade de sua implementação (Rolnik et al., 2015, p. 130, 131)

Rolnik et al. (2015, p. 139) corroboram outra constatação referente à localização dos residenciais, segundo os autores "... identificou-se um conjunto expressivo de empreendimentos situados nos limites da mancha urbanizada, contribuindo para impulsionar sua expansão e reforçando o modelo de urbanização dispersa". Então, prevalece um padrão característico de uso de solo predominantemente monofuncional com poucos serviços, equipamentos públicos ou comércios disponíveis.

Anápolis e o Enfrentamento da Questão Habitacional

A microrregião de Anápolis está localizada na Mesorregião Centro Goiano, distando aproximadamente 57 km da capital do estado de Goiás, Goiânia, e cerca de 160 km de Brasília, a Capital Federal. Segundo a classificação estabelecida pelo Observatório das Metrôpoles, o município de Anápolis é classificado como o tipo D (Agglomerados e Centros

Regionais Centro Sul), ou seja, um município situado em regiões com alto estoque de riqueza.

O Plano Municipal de Habitação de 2008 informou que a maioria dos trabalhadores não recebia mais que dois salários-mínimos em 2003 e que apenas 2,2% (3.436) dos trabalhadores registrados recebiam rendimentos superiores a vinte salários-mínimos. Essa informação quantifica e proporciona dados estatísticos para visualizar a disparidade econômica. Em 2012, o Ministério das Cidades por meio dos estudos divulgados pela Fundação João Pinheiro, considerou o déficit habitacional nesta cidade em torno de 7.500 (sete mil e quinhentas) moradias. Segundo nota técnica publicada no dia 25 de novembro de 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), é possível saber por meio da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD 2012) que houve queda do déficit habitacional no país de 10% do total de domicílios brasileiros registrados em 2007 para 8,53% em 2012, representando 5,12 milhões de residências construídas. Ainda segundo esta análise, 85% do déficit habitacional são majoritariamente de natureza urbano. Desse total, em 2007, 73,6% do déficit eram compostos por famílias que recebiam até 03 (três) salários-mínimos. Entretanto, no Centro-Oeste, com exceção do Estado de Mato Grosso do Sul, houve aumento do déficit absoluto por moradias.

Segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), em Anápolis no período de 2009 a meados de 2010, iniciaram as inscrições para participação no PMCMV, faixa 1, que teve como um dos vários objetivos o atendimento aos grupos familiares com rendimento bruto mensal de até R\$ 1.600,00⁴ (mil e seiscentos reais) para o financiamento social e aquisição da unidade habitacional (UH) própria. Naquele momento foi iniciado o processo de avaliações socioeconômicas dos grupos familiares com objetivo de identificar

⁴ Recentemente alterada para R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) pela Portaria Interministerial nº99/16.

aqueles que atendessem aos critérios de inclusão estabelecidos à época. As visitas domiciliares foram realizadas por assistentes sociais e sociólogos contratados pelo período de um ano.

Durante o período de 2011 a 2013, foram construídos 07 (sete) residenciais. Aproximadamente 3.163 (três mil cento e sessenta e três) unidades habitacionais edificadas em parceria com a Prefeitura e Caixa Econômica Federal (CEF). Os residenciais edificados foram: Copacabana, 1.125 UH, entregue em março de 2011, Summerville, 256 UH, entregue em maio de 2011, Santo Expedito, 287 UH, entregue em maio de 2012, Santo Antônio, 122 UH, entregue em julho de 2012, Servidor/Victor Braga, 352 apartamentos (único que não faz parte da franja periférica da cidade), entregue em outubro de 2012, Leblon, 825 UH, entregue em novembro de 2012 e Nova Aliança, 196 UH, entregue em maio de 2013. Isso correspondeu à resolução (estimada) de 42,2% do déficit habitacional municipal.

Também foi pesquisado qual o nível de participação dos moradores no processo entre o cadastramento e entrega dos residenciais. Segundo a SMDS, por meio da equipe Minha Casa Minha Vida, as participações foram restritas e só houve reuniões com os moradores em duas circunstâncias: a) reunião com a equipe da Caixa Econômica Federal, equipe Minha Casa Minha Vida e “selecionados” para o sorteio dos endereços e informativo sobre “como cuidar do imóvel” e b) inauguração dos residenciais.

Loureiro, Macário e Guerra (2015), na exposição do artigo *Legitimidade e efetividade em arranjos institucionais de políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida*, afirmam que o sucesso das políticas públicas depende de uma coerência em sua formulação junto ao debate e negociações com as pluralidades de atores envolvidos até o lócus de implementação, ou seja, com descentralização e participação, aumentando a compreensão de problemas e propostas, ampliando o conhecimento real e crítico a fim de minimizar erros de

planejamento, alcançando melhores resultados articulando interesses para que seja uma construção de baixo para cima (ascendente).

Se considerarmos o arranjo institucional de decisão e de implementação pelo ângulo de sua legitimidade democrática (aqui entendida como maior inclusividade de atores políticos relevantes e de suas demandas, no caso, os grupos populares organizados na sociedade, como movimentos dos sem teto), cabe indicar que o PMCMV apresenta déficits. Se o empresariado da construção civil teve suas reivindicações atendidas no desenho e na implementação do programa, o mesmo não ocorreu com outros segmentos sociais. (Loureiro, Macário, & Guerra, 2015, p. 1548)

Segundo Nascimento:

A sociedade contemporânea está estruturada pela disputa por espaço urbano, por lugares, essencialmente a moradia, mas também estrutura a mesma disputa, a partir do desentendimento que se tem ou não da cidade onde queremos viver ou da cidade que cotidianamente produzimos. (Nascimento, 2016, p. 147)

Essas informações, sucintamente relatadas, confirmam o padrão segregador, a ausência de diálogo com os moradores e outros sujeitos durante as fases de execução do programa, e a primazia para a atenuação do déficit habitacional por meio quantitativo, conforme dialogado com as referências bibliográficas.

Minha Casa Minha Vida ou Minha Casa Minha Dívida?

No artigo '*Minha Casa, Minha Vida*': *experts, sentidos de classe e a invenção do 'mercado' da casa própria no Brasil contemporâneo*, escrito por Moisés Kopper (2016), há o objetivo de investigar a "... performatização através da invenção de mercados populares

(produção, circulação e consumo) que têm no 'sonho' da casa própria seu denominador comum” (Kopper, 2016, p. 188) argumentando junto à Lefebvre e Santos que:

A concessão variável de cidadania erigiu-se sob a forma de um acesso restrito ao direito e à terra; nesse cenário, a casa própria representa, simultaneamente, a possibilidade (de outro modo improvável) de mobilidade econômica ascendente por meio da ocupação diferenciada do território ou do espaço social (Lefebvre, 2006, Santos, 1994 citado por Kopper, 2016. p. 186)

A casa própria⁵ é tida como um elemento que classifica e distingue os diferentes tipos de estratos sociais, principalmente por definir e destacar aqueles que detêm a posse da propriedade dos que não a possuem. Logo, o "onde morar" e "como morar" são construídos como dispositivos de distinção para definir os “portadores de direitos” dos segregados. Ou seja, os que têm variáveis tipos de mobilidades sociais e econômicas por meio do consumo daqueles de carecem do assistencialismo e de práticas pedagógicas e moralizantes por meio de ações estatais ou em parceria público-privado, segundo o capital.

Diante da periferização dos empreendimentos desta política habitacional, Kopper demonstra as precificações, cálculos, projeções e ajustamentos de técnicas e estéticas às edificações, que variam desde o capital que a empresa possui, incluindo o fato, de ter experiência ou não como construtora, até a análise de potencialidades de fluxos urbanos e de sistemas de engenharia na região ou próximo a ela, visando obviamente à maximização dos lucros pela construtora. Vicente (2015) ressalta que:

As primeiras empresas de construção civil brasileiras iniciaram suas atividades com a especulação urbana, mas foi na ditadura militar que o desenvolvimento

⁵ Segundo Nascimento (2016, p. 147), “... cenário brasileiro que coloca a casa como ativo financeiro (pelo subsídio ou pelo microfinanciamento) para entrar no circuito econômico financeiro global, alimentado pela maquinaria da propriedade privada e pela massificação internacionalizada da casa.”

desse tipo de empresa se consolidou vinculado organicamente ao Estado brasileiro, por meio da construção de habitações populares, garantindo sua sustentabilidade, apoiada no fundo público (Vicente, 2015, p. 569)

Kopper (2016) evidencia as associações entre os objetos e os sujeitos com base em suas faixas de renda, ou seja, o mínimo para quem detém o ínfimo. “Nesse processo de teste e erro entre técnicas construtivas, tecnologias de monitoramento e clientes imaginados, sentidos de classe são *performados* pelos operadores desses mercados imobiliários” (Kopper, 2016, p. 203). Assim tipologias de unidade habitacionais seguem rígidas e homogêneas, geralmente em periferias urbanas ou em fronteira com áreas rurais e precariamente ou desconectadas socioespacialmente das cidades, fomentando o uso do solo de maneira a continuar a garantia da renda fundiária. No estudo de Nascimento (2016) *As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade* a autora afirma que:

Estamos imersos em uma crise urbana que é cotidianamente agravada pela intensificação do padrão periférico das cidades, pela vinculação do capital imobiliário ao capital financeiro, pela imobilidade política em se realizar a reforma urbana, pela imposição da propriedade privada condominial nas cidades, pela ineficiência do judiciário, pela associação Estado-capital e pelos discursos estrategicamente construídos, em nada propositivos. (Nascimento, 2016, p. 146)

Na construção do espaço urbano há o jogo de correlação de forças entre atores sociais estatais e privados, que revelam ou não seus interesses e formas de persuasão que, a depender do grau de coesão, podem ser mais ou menos inseridos nas agendas políticas/legais e terem suas proposições postas em prática a depender do nível influência superposta na estrutura. Assim, a autora evidencia que o dissenso está materializado e representado de forma

simbólica pelos discursos e práticas destoantes, pelas pautas adversas, pela falta de consenso de ideias e ideais sobre a construção da cidade e do espaço. A autora ainda clarifica que:

Todas as regras e exigências do PMCMV, ainda que estabelecidas pela Caixa e Ministério das Cidades e cumpridas pela iniciativa privada, permitem o protagonismo das construtoras na definição espacial, construtiva e territorial, gerando-se, ao final, um padrão nacional de moradia social acatado pelos municípios, independentemente das características físicas dos terrenos, das condições bioclimáticas locais e das necessidades habitacionais dos moradores. (Nascimento, 2016, p. 150)

Para concluir a articulação desta etapa, não poderíamos deixar de citar Ramos e Koga (2011), que desenvolvem, no artigo *Trajетórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública* críticas à homogeneização da definição de programas/projetos/serviços sociais e as formas de acessá-los quando não se considera o valor (simbólico) que o território tem para o indivíduo tentando adequar o indivíduo ao território ou “novo habitat”- como apresentam alguns textos da política habitacional brasileira – ou vice-versa. Ainda sobre a não participação dos sujeitos na formulação, implantação, implementação, fiscalização e monitoramento das políticas habitacionais, os autores Ramos e Koga acreditam que, para se capturar aspectos subjetivos, “... haveria que se transpor o binômio dos indicadores populacionais censitários e territoriais cadastrais, buscando capturar o movimento ou a dinâmica que se dá no cotidiano dos territórios analisados, denominado pelo autor de 'eixo da mobilidade/conectividade'" (Ramos & Koga, 2011, p. 355). Pois se poderiam repensar os processos de gestão de programas ou projetos com base nessas relações entre territórios ampliando a visão para identificar outras variáveis que não aquelas postas pela situação de vulnerabilidade social e exclusão territorial.

Cabe destacar que, no texto referenciado, há a definição de *território* por Milton Santos, o qual afirma que "... só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam" (Santos, 2000, p. 22 citado por Ramos & Koga, 2011, p. 357).

Considerações finais

A trajetória da política habitacional brasileira tem sido pontuada por várias mudanças, refletindo como é compreendida, ou seja, como política de governo, e não como política de estado. Desde o final do século XIX construções ideológicas segregacionistas se incrustaram na sociedade brasileira– com a contribuição do Movimento Higienista– pesando a segregação classista, periférica, racial, econômica, social e cultural, construindo ações públicas que criminalizavam e invisibilizavam os não brancos, os não ricos, os não urbanos.

Assim, propor que novos contratantes do financiamento habitacional da faixa um, que possuem uma renda familiar bruta de até três salários mínimos, alcancem o “direito à propriedade” por meio de políticas econômicas travestidas de interesse social, é umas das formas de dismantelar a luta por outras formas de construção menos restritas que fazem parte da dinâmica capitalista, que transforma o direito à habitação em novos modelos de consumo, deixando ao lado problemas estruturais que incluem o direito à cidade. Nascimento é realista ao afirmar que:

O PMCMV tem prevalecido financeiramente e politicamente diante de outras ações historicamente construídas, como regularização fundiária, urbanização de favelas e assentamentos precários, crédito à autoconstrução, assessoria técnica,

melhorias habitacionais, locação social, todas necessárias para a construção de uma ampla e democrática política habitacional (Nascimento, 2016, p. 161).

Ao estabelecermos uma análise comparativa entre a realidade de execução do PMCMV em Anápolis e a realidade de outras localidades por meio das referências pesquisadas, confirmamos a hipótese de que o padrão estético, estrutural e segregador continuam replicados. Todavia faz-se necessário o aprofundamento do estudo das formas de inserção do programa para além das questões ora postas.

Acreditamos que o sucesso das políticas públicas depende de uma coerência em sua formulação junto ao debate e negociações com a pluralidade de atores envolvidos, ou seja, com descentralização e participação aumentando a compreensão de problemas e propostas, ampliando o conhecimento real e crítico a fim de minimizar erros de planejamento alcançando melhores resultados articulando interesses para que seja uma construção de baixo para cima. Ou seja, uma comunicação efetiva com o Estado só poderia acontecer neste protótipo de democracia representativa se as experiências e vivências dos sujeitos pudessem ser expressas durante os processos produtivos – criativos-formuladores- executores, fazendo com que houvesse a circulação de informações objetivando mudanças concretas, ou seja, por meio de um arranjo legitimador democrático consociativo⁶.

Referências

Anápolis. *Decreto nº 37.192, de 04 de Abril de 2014*. Diário Oficial do município de Anápolis, Goiás, p. 06. Recuperado de <http://a.anapolis.go.gov.br/transparencia/diariooficial/20140404.pdf>

⁶ Ver Loureiro, Macário e Guerra (2015, p. 1533).

Brasil (2005). *Lei nº 11.124 de 16 de junho de 2005*. Recuperado de

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm

Brasil (2006). *Lei Complementar Nº 128 de 10 de outubro de 2006*. Plano Diretor

Participativo de Anápolis. Recuperado de www.anapolis.go.gov.br/leis

Brasil (2009). *Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009*. Recuperado de

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm

Brasil (2011). *Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011*. Recuperado de

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm

Duriguetto, M. L. (2017). Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações

profissionais do Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.*, 128, 104-122

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2013). Estimativas do Déficit Habitacional

Brasileiro (PNAD 2007-2012). Nota técnica nº 05. Recuperado de

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131125_notatecnicadiru05.pdf

Kopper, M. (2016). “Minha Casa, Minha Vida”: Experts, sentidos de classe e a invenção do

“mercado” da casa própria no Brasil contemporâneo. *Horiz.antropol.*, 22(45), 185-215.

Lei Orgânica. Recuperado de [http://anapolis.go.gov.br/leis/index.php?option=com_](http://anapolis.go.gov.br/leis/index.php?option=com_content&view=article&id=2935&Itemid=129)

[content&view=article&id=2935&Itemid=129](http://anapolis.go.gov.br/leis/index.php?option=com_content&view=article&id=2935&Itemid=129)

Ministério das Cidades. Política Nacional de Habitação. *Cadernos MCidades Habitação- vol.*

04. Brasília, 2004. Recuperado de

<http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/127/titulo/cadernos-mcidades-4---politica-nacional-de-habitacao>

Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Avanços e Desafios: Política*

Nacional de Habitação. Brasília, 2010. Recuperado de www.cidades.gov.br

Ministério das Cidades. *Portaria N.21, de 22 de janeiro de 2014*. Recuperado de

<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>

Portaria Interministerial nº 99 de 30 de março de 2016. Recuperado de

http://www.lex.com.br/legis_27111900_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_99_DE_30_DE_MARCO_DE_2016.aspx

Nascimento, D. M. (2016). As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. *Cad. Metrop.*, 18(35), 145-164.

Ramos, F., & Koga, D. (2011). Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 106, 335-364.

Rocha, S. D. R. (2014) *A Integração Social com a Cidade sob a Perspectiva do Consumo Pós Transformação Habitacional: um estudo sobre os efeitos reais do Programa de Saneamento Integrado da Bacia de Beberibe em Recife*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Recuperado de: <http://www.estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2014-GT02-Rocha>

[A_integracao_social_com_acidade_sob_a_perspectiva_do_consumo_pos_transformacao_habitacional.pdf](#).

Rolnik, R., Pereira, A. L. S., Moreira, F. A., Royer, L. O., Iacovini, R. F. G., Nisida, V. C., Lopes, A. P. O. & Rossi, L. G. A. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cad. Metrop.*, 17(33), 127-154.

Vicente, D. (2015). Desgaste mental de assistentes sociais: Um estudo na área da habitação. *Serv. Soc. Soc.*, 123, 562-581.